
GEOGRAFIA DA LUTA DE CLASSE NO CAMPO BRASILEIRO: do protagonismo do agronegócio ao proto-agonismo do campesinato

GEOGRAPHY OF THE CLASS STRUGGLE IN THE BRAZILIAN COUNTRYSIDE: from the protagonism of agribusiness to the protoagonism of the peasant

Eliezer Henrique da Silva Sousa

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Departamento de Geografia, São Luís – MA, Brasil
henriqueeliezer060@gmail.com

Vanderson Viana Rodrigues

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Departamento de Geografia, São Luís – MA, Brasil
vanderson2016rodrigues@gmail.com

Ademir Terra

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Departamento de Geografia, São Luís – MA, Brasil
ademirterra@professor.uema.br

Resumo

O presente texto tem como propósito analisar as lutas de classes presentes no cenário rural brasileiro, bem como os conflitos e confrontos socioterritoriais e socioespaciais que emergem dos distintos interesses, como expressão das contradições entre a classe camponesa e a classe “dominante”, composta pela burguesia rural, que emprega o agronegócio como mecanismo de dominação. Dialeticamente, as classes sociais do campo coexistem dentro do sistema capitalista, explicitando, nessa relação, suas divergências e desigualdades, que se revelam tanto no acesso aos recursos financeiros quanto na composição de representatividade política, evidenciada cotidianamente no país. Para a manutenção da hegemonia no campo, os representantes do agronegócio avançam sobre os territórios que estão de posse dos camponeses, com o apoio do aparato institucional que lhes confere o Estado, a fim de legitimar ações que a classe dominante considera direito genuíno, mas ao seu par dialético, o campesinato, configuram violência e injustiça.

Palavras-chave: Disputas. Classes sociais. Campesinato. Agronegócio.

Abstract

The objective of this text is to analyze the class struggles present in the Brazilian rural scenario, as well as the socio-territorial and socio-spatial conflicts and confrontations that emerge from the different interests, as an expression of the contradictions between the peasant class and the "dominant" class. composed of the rural bourgeoisie, which uses agribusiness as a mechanism of domination. Dialectically, the social classes of the countryside coexist within the capitalist system, making explicit in this relationship their divergences and inequalities, which are manifested both in access to financial resources and in the composition of political representation, evidenced daily in the country. To maintain hegemony in the countryside, the representatives of agribusiness advance on the

territories that are in the possession of the peasants, with the support of the institutional apparatus granted to them by the State, to legitimize actions that the ruling class considers a genuine right, but at the same time its dialectical counterpart, the peasantry, configure violence and injustice.

Keywords: Disputes. Social classes. Peasantry. Agribusiness.

A história da sociedade até os nossos dias é a história da luta de classes.

Karl Marx, 1998.

Introdução

Quando nos atemos à temática da luta de classes no Brasil, de imediato colocamos em evidência as mazelas sociais das grandes cidades, as desigualdades entre regiões, como também as diferenças econômicas e os atores/sujeitos representantes do poder provido pelo Estado. Embora todos esses aspectos sejam pertinentes, o foco de nossas análises, neste texto, se volta às classes sociais presentes no campo, sendo elas caracterizadas, principalmente, pelo campesinato e pelos agentes do capital que atuam no campo por intermédio do agronegócio, ou seja, os **proto-agonistas** *versus* os **protagonistas**.

Quando fazemos esse jogo de palavras, pretendemos destacar que o termo “protagonista” deriva do grego, *prótagónistês*, em que *protos* significa principal ou primeiro e *agonistes*, lutador ou competidor. O sentido se adequa às antigas classes antagônicas – o campesinato e a agricultura capitalista – que protagonizam a disputa pela hegemonia no campo, num embate em que esta, em razão do poder econômico, se coloca como ator principal, enquanto àquele caberia o papel de coadjuvante. Porém, o protagonismo da agricultura capitalista é posterior ao do campesinato, o que nos leva à expressão *proto-agonismo*, que busca realçar o o sentido de *agoniste*, a agonia, o sofrimento mais antigo de uma classe lutadora, que remete à Idade Média, mas cuja luta permanece até os dias atuais.

As perspectivas conflitantes desses atores sociais têm, em geral, de um lado, a iniciativa privada dos grandes proprietários de terra e os grandes projetos de desenvolvimento gestados pelo Estado; de outro, os camponeses, quilombolas e indígenas, grupos sociais que ocupam, historicamente, os espaços dos quais são

constantemente ameaçados de desterritorialização/expropriação, nem sempre em razão de irregularidades da posse.

A luta de classes, no campo brasileiro, determina a questão agrária nas dimensões fundiária, econômica, social e cultural, remetendo, de forma contundente, sobretudo aos conflitos e à violência que se materializam tanto no campo quanto nas cidades. Sua existência resulta da dinâmica da luta pela terra e pelo território, marcada historicamente por processos de expropriação, característica indelével da expansão da fronteira agrícola, seja pela subtração do território, seja pela imposição de novas territorialidades – através de imperativos como a mecanização e a adoção compulsória de pacotes tecnológicos – a todas as categorias do campesinato, indígenas e quilombolas, os quais, como ato contínuo, irão desenvolver estratégias de luta, todavia, em condições muito inferiores à dos agentes do capital.

A fronteira é o lugar de conhecer o que está fora e desvendar as particularidades do que há dentro, é o ponto de conflito que revela o oposto e as divergências que dele surgem. Segundo Martins (1997), a fronteira representa o desencontro de tempos, já que cada grupo está posicionado em um momento da história, e se transforma num verdadeiro palco para as lutas de camponeses, indígenas e quilombolas contra os agentes do agronegócio.

As lutas e as sobreposições sociais só desaparecem quando os conflitos cessam e os tempos se tornam homogêneos, ou seja, quando a realidade de um se torna a realidade do outro, como no caso do campo, quando o “modelo burguês” se impõe e coopta as resistências, eliminando características fundantes do modo de vida camponês, indígena e quilombola. Ainda de acordo com Martins (1997), quando os sujeitos se fundem em uma mescla de tempos e vivências, emerge um novo outro e um novo eu, que já não representam o que antes os caracterizava, em razão de suas essências terem assumido percepções de mundos distintos, fundidos em processos de encontros e conflitos das classes sociais.

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, traçamos a princípio uma breve revisão histórica da temática, com base em autores de distintas áreas, em especial os da Geografia, cujas contribuições nos subsidiam nas análises das classes sociais – conflitantes e compostas por uma diversidade de sujeitos. Inicialmente, a discussão foi direcionada à forma conceitual/metodológica, visando compor os elementos que deram

nexo às análises do objeto proposto. Ela se deu, porém, de modo preliminar, ou seja, sem a pretensão de aprofundar os conceitos que balizam esta pesquisa – classes sociais, campesinato e agronegócio. Salientamos ainda que não buscamos separá-los indistintamente, pois, dialeticamente, cada um faz parte de uma mesma realidade concreta, assim sendo, trata-se tão somente de um recurso didático visando à exploração do fenômeno que ora analisamos.

Empregamos como arcabouço teórico o materialismo histórico-dialético (MARX, 1978; NETTO, 2011), que possibilita analisar como o homem se organiza na produção e reprodução do capital através do tempo. Entendemos que nenhum fenômeno, tomado de qualquer campo da natureza, pode ser examinado ou compreendido isoladamente, sem conexão com as condições que o cercam, visto estar indissolúvelmente ligado aos demais aspectos circundantes, portanto, a eles condicionados (STÁLIN, p. 381, 1945).

No percurso metodológico deste estudo, valemo-nos também de uma pesquisa de caráter bibliográfico em busca de dados secundários, realizada em livros, periódicos, anais de eventos e projetos, anuários e outros documentos elaborados pelo poder público e a sociedade civil (MARCONI, & LAKATOS, 2003). Entre os acervos, consultamos o Portal de Periódicos - CAPES/MEC, as Bibliotecas da Universidade Estadual do Maranhão - BC/UEMA - São Luís/MA e a Biblioteca Pública Benedito Leite - SCT/BPBL.

O presente artigo tem sua relevância no fato de trazer à luz, no âmbito da questão agrária, aspectos da problemática que envolve a luta de classes no campo brasileiro, oriundos da territorialização, da espacialização e da oposição entre os sujeitos envolvidos, sejam eles proletários ou burgueses, protagonistas da expansão da fronteira, com destaque para as dinâmicas históricas de classes, suas conjunturas e engrenagens motrizes da luta social.

Relações e luta de classes

O geógrafo Ruy Moreira (1982), parafraseando o título do livro de Yves Lacoste “*A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*” (1976), intitula um de seus trabalhos com a frase “*A geografia serve para desvendar máscaras sociais*”, onde aponta o fato de que a geografia, utilizando artifícios didáticos/metodológicos, revela os

arranjos conjunturais e estruturais presentes nas “relações sociais, que nas condições históricas do presente são relações de classes” (MOREIRA, 1978, p. 2).

Os anais históricos, ao tratarem das lutas de classes, propiciam a interpretação de conflitos, confrontos e desarranjos socioterritoriais/socioespaciais, assim como das formas organizacionais dentro das diversas sociedades, até a contemporaneidade. Dessa forma, compreendemos a sociedade como um conjunto de indivíduos carregados de singularidades que se expressam, segundo Tylor (1970 [1871], p. 26-27 apud CORRÊA; ROSENDAHL, 2012, p. 20), por meio das atividades que realizam: “[...] artes técnicas, agricultura, arquitetura, conhecimento científico, rigor moral, crença e cerimônia religiosa e organização social e política”.

Inúmeros conflitos resultam dos papéis desempenhados pelos sujeitos que compõem uma sociedade, visto que as condições desiguais a que estão submetidos os classificam/dividem em dois grupos: de um lado, a burguesia, classe hegemônica representada pelas elites e impérios financeiros – “*elites económicas y a las clases dominantes*” (HARVEY, 2007, p. 20) – que promovem e patrocinam as desigualdades; de outro, as “classes estigmatizadas, humilhadas e perseguidas”, como as definiu Souza (2017, p. 52), os proletários, desassistidos, colocados à margem da sociedade burguesa. A distinção entre os dois grupos procede da ação deliberada das classes dominantes que, “[...] servindo-se de mil estratagemas [...] afastam as massas da administração, da liberdade de reunião e de imprensa etc.” (LÊNIN, 1977, p. 23). Como explicam Marx e Engels,

Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver. (Nota de F. Engels à edição inglesa de 1888) (MARX & ENGELS, 1998, p. 40).

A coexistência das classes proletária e burguesa, marcada por diferenças políticas, econômicas e sociais, se caracteriza pela presença de relações antagônicas e interesses distintos, os quais provocam um conflito de ideários, desencadeando a luta de classes.

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito. (MARX & ENGELS, 1998, p. 40).

Exemplo desse embate permanente são os conflitos em que burgueses buscam se sobrepôr a proletários, utilizando-se da falsa democracia, a partir de um Estado dogmático cujo sistema governamental é amparado em princípios da ditadura burguesa. Como forma de resistir às imposições das forças opressoras, a classe proletária se organiza historicamente em entidades sindicais e movimentos sociais populares que visam à democratização dos espaços e territórios em suas complexas estruturas.

No entanto, segundo Harvey (1998), “a luta de classes facilmente se dissolve em uma série de interesses comunitários geograficamente fragmentados, facilmente cooptados ou explorados pelos mecanismos da penetração neoliberal do mercado”. O neoliberalismo e seus mecanismos de internacionalização desarticulam a classe trabalhadora por meio da destruição maciça dos costumes e territorialidades presentes numa sociedade cuja organização difere do modo de produção capitalista e, numa relação dialética, instaura-se o conflito, que é potencializado pela elite burguesa através dos aparatos do capital, ao modificar os territórios e os transformar “num espaço nacional de economia internacional” (SANTOS, 1996).

Paradoxalmente, podemos enquadrar os camponeses como proletários e, ao mesmo tempo, proprietários fundiários, quando analisados no conjunto das macroclasses descritas por Marx (1998 [1848]), tendo em vista que o camponês, mesmo sendo um pequeno proprietário de terras, é também trabalhador de subsistência. Todavia, como estratégia de resistência/sobrevivência, em virtude da crescente necessidade do dinheiro imposta pelo modo capitalista de produção, assume o trabalho acessório, em detrimento da indústria doméstica camponesa, passando a ser considerado um assalariado.

De acordo com Kautsky (1972), a despeito de ser proprietário, o camponês

[...] é um trabalhador, pois não vive do produto de sua empresa, mas do produto de sua própria atividade. O seu gênero de vida é de um assalariado. Tem necessidade da terra como de um meio para ganhar o pão como operário, e não para tirar qualquer lucro ou renda fundiária. Quando a venda de seus produtos, desfalcando-lhe a dispensa, lhe remunera o trabalho, ele ainda consegue viver [...]. Ele chega à produção capitalista, não como empresário, mas como operário explorado pelo patrão. (1972, p. 157).

O proletariado, portanto, é composto pelos camponeses e operários que, vendendo sua força de trabalho, sujeitam-se ao regime assalariado, subordinando-se aos interesses dos detentores dos meios de produção, ou seja, no sistema democrático burguês, o proletário conforma uma classe subalterna e subordinada à classe dominante.

O que se liga à suposição de que, no processo político, o campesinato só pode ter uma presença passiva e subordinada – isto é, subordinada à perspectiva, ao jogo e aos interesses de outra classe social (conservadoramente, à burguesia ou aos proprietários de terra; revolucionariamente, ao proletariado). A possibilidade de o campesinato falar sua própria linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista. (MARTINS, 1981, p. 12).

No campo, a resistência proletária faz-se através do modo de vida da família camponesa, “quase autossuficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade” (MARX, 1978, p.114). Dessa forma, o campesinato, como classe social que se contrapõe aos interesses capitalistas, se configura como alternativa contra-hegemônica ao modelo tecnicista da produção mecanizada do agronegócio, que tem como maior expressão e representatividade os agentes do capital, promotores da “nova agricultura moderna, baseada no pacote tecnológico” (TERRA, 2009, p. 66). Assim, o capital emprega o agronegócio como executor, e este, via de regra, constitui latifúndios, utiliza pacotes tecnológicos para viabilizar a produção em larga escala de monoculturas, sem considerar impactos e consequências socioambientais.

Ao analisar o mercado capitalista globalizado, Fontana (2018) afirma que ele é responsável pela “divisão mundial imperialista do trabalho”, que se expressa na conjuntura de sobreposição dos países “desenvolvidos” aos países “emergentes”. Nessa relação, estes servem de sustentáculo para o modelo imperialista de exploração promovido pelas grandes nações capitalistas, que se utilizam do território e se apropriam dos recursos naturais disponíveis e da mão de obra barata e abundante, determinando, assim, o papel dos países no jogo socioeconômico em nível mundial.

O neoliberalismo, uma das facetas do sistema capitalista moderno, viabilizou a internacionalização do capital, sob a qual os processos macroeconômicos foram/são estabelecidos, sem considerar as singularidades socioeconômicas e ambientais de cada local. Como destaca Santos (2004):

Havia, com o imperialismo, diversos motores, cada qual com sua força e alcance próprios: o motor francês, o motor inglês, o motor alemão, o motor português, o belga, o espanhol etc., que eram todos motores do capitalismo, mas empurravam as máquinas e os homens segundo ritmos diferentes, modalidades diferentes, combinações diferentes. Hoje haveria um motor único que é, exatamente, a mencionada mais-valia universal. (SANTOS, 2000, p.14).

A economia global, dessa forma, se dedica a readequar as dinâmicas e processos a serviço do mercado. Esse motor único nos remete ao carrossel do giro econômico mundial, que anula as tradicionalidades socioespaciais e se baseia na falsa noção de um todo homogêneo.

Aldeia global tanto quanto espaço-tempo contraído permitiriam imaginar a realização do sonho de um mundo só, já que, pelas mãos do mercado global, coisas, relações dinheiras, gostos largamente se difundem por sobre continentes, raças, línguas, religiões, como se as particularidades tecidas ao longo, de séculos houvessem sido todas esgarçadas. Tudo seria conduzido e, ao mesmo tempo, homogeneizado pelo mercado global regulador. (SANTOS, 2000, p. 21).

Entretanto, essa homogeneidade não se constitui, visto estar o processo assentado numa relação marcada pela dualidade que compõe a luta de classes. Embora existam, no cenário do/no campo brasileiro, inúmeros extratos de classes sociais, duas se destacam: o agronegócio, pela sobreposição, e o campesinato, pela resistência. Enquanto o agronegócio é assegurado por projetos desenvolvimentistas que se sobrepõem aos camponeses, estes, com muita luta e através do seu modo de vida, têm resistido e se consolidado como classe proletária do campo brasileiro, se (des)envolvendo, ou seja, apesar de estar inserida no modo capitalista de produção, suas práticas destoam do projeto capitalista de mercantilização dos territórios e das vidas do campo.

O projeto burguês de desenvolvimento do campo brasileiro: cobiça e flagelo social

Historicamente, concebe-se a falácia do atraso no campo, como justificativa para o enquadramento, à visão capitalista, de tudo e de todos que nos territórios vivem e dele se sustentam. Contudo, a elite social burguesa, que monopoliza e usufrui escancaradamente a política para seus mandos e desmandos, tem se apropriado dos territórios e esfacelado as territorialidades preexistentes, ao enquadrar o campo, e principalmente a Amazônia brasileira, numa concepção de desenvolvimento moldada num discurso falacioso de progresso, que oculta o massacre e a destruição dos povos originários¹.

¹ Povos culturalmente ligados à terra e que dela fazem seu modo de vida, em oposição ao modo capitalista de produção, praticando o extrativismo e outras atividades com base em seu conhecimento tradicional, a exemplo das “comunidades camponesas, comunidades e povos tradicionais que historicamente vivem na terra e cuidam dos bens naturais com responsabilidade e equilíbrio” (CPT, p. 198, 2016).

É por meio desses meandros envolventes e conjunturalmente deformantes do campo e de seus atores sociais que esboçamos, conceitualmente, nesta parte do trabalho, duas vertentes do desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento visto e aplicado pelo projeto de sociedade capitalista, a partir da Revolução Verde, e o (des)envolvimento sobreposto aos povos camponeses, tradicionais e originários, ressaltando o cenário de cobiça e flagelo socioterritorial vivenciado por esses sujeitos.

Segundo o dicionário CDL (2015), o termo desenvolvimento é definido como uma “modificação progressiva”, por conseguinte, como “progresso”; contudo, nos propomos a refletir sobre que projeto se apresenta e que desenvolvimento é esse, que arruína e, historicamente, massacra os povos e territórios da “Pacha Mama” (GÖRLITZ, 1978).

Para o projeto de sociedade capitalista que visou/visa um desenvolvimento do campo brasileiro, as cortinas se abrem após a Segunda Guerra Mundial, com o processo de modernização da agricultura – conhecido como Revolução Verde – disseminado com maior intensidade nos países em desenvolvimento, como Brasil, México e Índia.

Grandes empresários perceberam que um dos caminhos do lucro permanente eram os alimentos. Possuindo grandes sobras de material de guerra (indústria química e mecânica), direcionaram tais sobras para a agricultura. Encarregaram as fundações *Ford* e *Rockefeller*, o banco Mundial, entre outros, para sistematizarem o processo. Estes montaram a rede mundial GCPAI – Grupo Consultivo de Pesquisa Internacional – que é, na realidade, o somatório de centros de pesquisa e treinamento localizados em todo o mundo. (ZAMBERLAM; FRONCHET, 2001, p. 17).

Em um primeiro momento, esse projeto foi responsável por introduzir a mecanização no campo, aliada a outros aspectos como fertilização do solo, desenvolvimento de pesticidas/venenos para combate de pragas e investimento em pesquisas direcionadas ao melhoramento de sementes e à sua adaptação a diferentes tipos de solos e condições climáticas, tudo isso tendo como principal sustentação o discurso que apregoa a necessidade de aumentar a produção agrícola para acabar com a fome e a miséria no campo. Foi o ponto de partida para que ocorresse, em diferentes países, uma ampla divulgação da ideia, acompanhada pela mercantilização e concentração das terras, cenário fortemente observado no Brasil, resultando no surgimento de inúmeros conflitos e no aprofundamento da desigualdade social.

Apesar de toda a propaganda que enaltece os benefícios que essas mudanças trariam/trouxeram para todas as nações onde foram implantadas, o que se viu/vê, para além do privilégio de um seleto grupo, é uma série de consequências negativas e nefastas,

principalmente para os camponeses, comunidades tradicionais e povos originários, como também para a natureza. Entre elas, destacam-se: a seletividade dos agentes beneficiados, a expulsão de inúmeras famílias e comunidades tradicionais de seus territórios, o aumento das despesas com o cultivo e o endividamento de agricultores familiares, a perda da biodiversidade, a redução da mão de obra rural, a poluição do solo e da água causada pelo uso de agrotóxicos. A utilização do aparato tecnológico na agricultura em países subdesenvolvidos, portanto, além de provocar todas as mazelas mencionadas, não solucionou os problemas do/no campo, visto que privilegia basicamente a produção de cereais, destinada, principalmente, ao abastecimento do mercado consumidor dos países desenvolvidos e industrializados, como Estados Unidos e China.

Para os produtores terem acesso aos pacotes tecnológicos, nos países subdesenvolvidos, foi necessária uma ampliação do crédito por meio de convênios intergovernamentais com o objetivo de financiar a importação de insumos e de maquinário agrícola. Tal medida teve um peso muito forte para convencer os produtores a implantarem, em suas propriedades, um manejo de produção com base nos pacotes, favorecendo o surgimento da Revolução Verde, portanto, pode-se observar que o processo de modernização da agricultura vai muito além de uma mudança técnica, acontece todo um conjunto de variáveis sociais, políticas e econômicas que permitem sua implantação cuja compreensão só é possível a partir da análise crítica de tais variáveis. (ROSA, 1998, p. 19).

A inserção do Brasil nesse cenário acontece no período da ditadura militar, um tempo conturbado e de grande repressão social, em que, além da implantação de mudanças e de reestruturação do capital nacional, discutia-se de que maneira o país poderia aumentar sua produtividade no setor agrícola e se inserir no mercado mundial, com vistas ao desenvolvimento de todos os outros setores. Essa questão se pautou sobre duas linhas distintas que predominaram nas discussões acadêmicas e sociais da época: “a que defendia o aumento da produtividade por meio da reforma agrária, e a que defendia ser necessária a adoção dos pacotes tecnológicos pelos agricultores, sem tocar na questão fundiária” (ZAMBERLAM; FRONCHET, 2001).

Sem muitos rodeios e de forma clara, o governo militar optou por manter a estrutura do latifúndio, permitindo que a posse da terra ficasse concentrada nas mãos de uma pequena parcela da sociedade brasileira, e assumiu as bases do modelo da Revolução Verde, via pacotes tecnológicos. Essa postura foi bastante questionada, tendo sido denominada por alguns de seus críticos como “modernização conservadora” (ROSA, 1998). Contudo, a ideia de uma modernização conservadora a despeito da estrutura

fundiária (concentrada e excludente), Oliveira (2001), ressalta que o latifúndio não é a única variável a ser analisada para admitir que o campo está marcado por um processo de modernização na medida em que, apesar de existir um relativo aumento no número de estabelecimentos que consumiram insumos, este número não é maior do que aqueles que não fizeram uso de tais insumos no país.

Após a escolha do modelo a ser seguido, o Estado brasileiro desenvolveu uma política que oferecia inúmeras oportunidades e incentivos à sua adoção pelos proprietários de terras do país, facilitando a compra de terras e a tomada de créditos nos bancos públicos, além de outros meios, como descrevem Zamberlam e Froncheti (2001):

- atração de empresas transnacionais para o país a fim de produzirem insumos (químicos), máquinas e equipamentos e de indústrias processadoras de matérias primas agrícolas. Chegaram a *Ford, Shell, Ciba-Geigy, ICI, UNILEVER, Du Pont, Bayer, Basf, Stauffer, Dow Química, Pfizer, Union Carbide, Hoeschst, Monsanto, Rhodia*, entre outras;
- criação de centros e órgãos de pesquisa, no Brasil, para 'adequarem os produtos' à realidade do solo e do clima. Surge a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária), EMBRATER (Empresas Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), as EMATERs (Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural) e as cooperativas fundam seus centros de pesquisa também com a mesma finalidade;
- estímulo ao surgimento de cooperativas de comercialização agrícola para organizar os agricultores e introduzi-los às novas práticas. (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2001, p. 17).

Fica evidente, assim, diante de tais medidas, a influência do governo na concretização da Revolução Verde no Brasil, em que o Estado, como afirmam Santos e Silveira (2006, p. 118), torna-se “[...] um agente ativo na globalização da agricultura brasileira”, voltado, porém, a beneficiar uma pequena parcela da sociedade e as empresas transnacionais, sem considerar as mudanças impostas ao território e às relações sociais de inúmeras famílias em face dessa nova configuração.

A implantação do uso da tecnologia na agricultura foi iniciada nas regiões Sul e Sudeste; em seguida, se expandiu para a região Centro-Oeste, avançando sobre o bioma do cerrado brasileiro; mais recentemente, atingiu a região amazônica, que testemunha uma reconfiguração de sua geografia, com a presença de “propriedades agrícolas que possuem as características do processo de modernização da agricultura – como também o surgimento de um novo *front* – frente pioneira do processo de ocupação do espaço através da agricultura no país” (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

A abertura da nova fronteira agrícola foi executada principalmente por sulistas que, percebendo a oportunidade de expandir suas plantações e seus domínios territoriais, venderam suas terras de dimensões reduzidas no sul do país e compraram vastas áreas no Centro-Oeste, onde os terrenos são planos, propícios para o cultivo mecanizado. Seguindo o mesmo roteiro dos sulistas, ocorreu também a investida das grandes empresas, com o apoio do Estado. Assim, é a marcha de modernização da agricultura que vai organizar a produção e a reprodução do espaço nessa nova fronteira, por meio da inserção da agroindústria e da agricultura em grande escala.

A nova realidade, contudo, implicou profundas transformações na estrutura agrária, em nível nacional, das quais decorreram inúmeros confrontos e conflitos entre o Estado e os povos originários e comunidades tradicionais que viviam/vivem nas terras para onde se estendeu a nova fronteira, o que ocorreu por volta dos anos 1970. Avançando sobre o cerrado nos estados do Tocantins, Maranhão e Piauí, impactou inúmeras famílias camponeses que desenvolviam/desenvolvem há décadas, muitas vezes em terras públicas, devolutas ou fundos de pasto, seu modo tradicional de cultivo agrícola, que contraria a lógica do capital.

Numa agricultura globalizada em que a produção se dá em escala global por meio das empresas hegemônicas que buscam, incessantemente, o lucro, a competitividade reflete uma luta desigual na qual aquelas que não conseguem obter a mais-valia maior estão fadadas à falência e tal mais-valia consiste, segundo o pensamento miltoniano, no motor único da globalização perversa. (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 50).

É sob essa ótica que o suposto desenvolvimento, na verdade, o (des)envolvimento, atinge os povos originários, ou seja, com segregação, exclusão e destruição de suas territorialidades e de sua cultura, carregada de tradicionalidades geohistóricas. Segundo Martins (1981), o camponês e suas lutas se amoldam, em meio a essa “esquizofrenia doutrinária” e política ideológica: ora servem aos interesses de uma elite política que os flexibiliza, tendo em vista interesses próprios; ora tornam-se estranhos a tais ações e são esmagados pelo desenvolvimento desigual do capitalismo acumulador. “isto é, subordinada à perspectiva, ao jogo e aos interesses de outra classe social (conservadoramente, à burguesia ou aos proprietários de terra; revolucionariamente, ao proletariado) (MARTINS, 1981, p. 12).

Nesse embate, o camponês, como ser político, emerge para buscar seus interesses de cidadão, principalmente ligados ao direito à terra, mas tem sua luta impedida

pela ditadura civil-militar instalada em 1964, que sufocou e massacrou os movimentos contestatórios do campo e da cidade, os quais só voltaram a ganhar força em meados dos anos 1980, após a redemocratização. Como lembra Oliveira (2001)

[...], a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. Entendo que o século passado foi, por excelência, uma época de formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social. (OLIVEIRA, 2001, p. 189).

No Brasil, nunca se buscou dar vez e voz a esses atores sociais que, apesar das adversidades, enfrentam o capitalismo como forma de resistência e, acima de tudo, de sobrevivência, diferentemente do ocorrido em outros países, como a França, por exemplo, à época da Terceira República: “despedaçada pela Comuna de Paris de 1870 e pelo sangue de lutas fratricidas decide transformar sua “ralé”, no caso especialmente os camponeses embrutecidos do interior, em cidadãos pela ação...” (SOUZA, p. 62, 2017).

Algo parecido não se pode esperar, porém, num país que vibra com a morte de sua gente e emula o genocídio cultural e religioso, restando, ao contrário, apenas o surgimento de guerrilhas e batalhas gestadas e geridas pelas classes sociais de resistência – povos originários, camponeses e comunidades tradicionais.

A luta de classes no campo brasileiro: realidade da classe camponesa

No panorama atual do/no campo brasileiro, encontram-se duas principais classes sociais constituídas, de um lado, pelo campesinato e, de outro, pelo agronegócio, o “representante” do capitalismo no campo, que tem como principais características os latifúndios, a produção em larga escala e a monocultura, entre outras. A forma de produção adotada por seus executores, a classe burguesa do campo, estabelece uma troca injusta com a sociedade e a natureza, visto que os processos de cultivo desenvolvidos pelos latifundiários prejudicam a sociobiodiversidade.

Para se territorializar no campo, o capital expropria, violenta, escraviza, mata! Novas dinâmicas naturais também são criadas a partir dessas relações sociais, que modificam o espaço por meio de diferentes formas de desterritorialização e reterritorialização. (SODRÉ, 2015, p. 15).

O campesinato, por sua vez, opõe-se ao agronegócio, não apenas por seu modo de cultivo alternativo, mas por muito mais, a começar, pelo modelo de vida campesino, estudado há décadas e em diversas conjunturas econômicas, sociais, culturais e naturais, por autores historicamente reconhecidos, como Chayanov (1974) e Karl Marx (1978),

entre outros que analisaram o camponês e seu protagonismo, ou mesmo *proto-agonismo* no campo, assim como sua resistência e re-existência. Como ressalta Marques (2008), o camponês é

[...] um migrante e sua expropriação não têm representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador. (MARQUES, 2008, p. 65).

A constante migração camponesa que ocorreu/ocorre no Brasil moldou/molda o camponês numa situação de extrema miséria e marginalização social. Contudo, apesar dessa condição imposta pelo poder político hegemônico, é interessante destacar que o camponês emergiu como sujeito político, através de lutas e de organizações sociais, inicialmente, em alguns estados como Pernambuco e Paraíba, onde as lutas pela terra ganharam força, a princípio com o apoio do Partido Comunista Brasileiro - PCB e, depois, fortemente amparadas pela Igreja Católica, ao mesmo tempo em que se consolidavam os sindicatos dos trabalhadores no campo.

Com suas características e complexidades, é na unidade de produção familiar que o camponês conta com a mão de obra para realizar o seu trabalho, sempre ligado à terra e ao território por afeto e/ou pela necessidade do cultivo. Não busca acúmulo de capital, diferenciando-se do microempresário familiar, do microprodutor familiar, ou do agricultor familiar. O camponês almeja seu sustento e sua independência econômica, bem como alimentar; cultiva quase tudo aquilo de que precisa para sua reprodução social, sendo poliprodutor. Entre os traços que o definem, Carvalho e Costa (2012) destacam:

- Os saberes e as experiências de produção vivenciados pelas famílias camponesas são referenciais importantes para a reprodução de novos ciclos produtivos;
- As práticas tradicionais, o intercâmbio de informações entre vizinhos, parentes e compadres, o senso comum, assim como a incorporação gradativa e crítica de informações sobre as inovações tecnológicas que se apresentam nos mercados, constituem um amalgama que contribui para as decisões familiares sobre o que fazer;
- O uso da terra pode ocorrer de maneira direta pela família, em parceria com outras famílias vizinhas ou parentes, em coletivos mais amplos ou com partes do lote arrendados a terceiros;
- Há diversificação de cultivos e criações, alternatividade de utilização dos produtos obtidos, seja para o uso direto da família, seja para usufruir de oportunidades nos mercados, e presença de diversas combinações entre produção, coleta e extrativismo;

- A unidade de produção camponesa pode produzir artesanalmente e fazer o beneficiamento primário de produtos e subprodutos;
- Existe garantia de fontes diversas de rendimentos monetários para a família, desde a venda da produção até a de remuneração para dias de serviço de membros da família;
- A solidariedade comunitária (troca de dias de serviço, festividades, celebrações), as crenças e os valores religiosos por vezes empregados as práticas da produção;
- Estão presentes elementos da cultura patronal;
- E, fim, mas não finalmente, existem relações afetivas e simbólicas com as plantas, os animais, as águas, os sítios de infância, com a paisagem... e com o tempo. (CARVALHO; COSTA, 2012, p. 27).

A economia camponesa, como demonstram os estudos de Chayanov (1925, apud CARVALHO, 2014), é caracterizada pelo emprego de mão de obra familiar: “(...) a família e as relações que dela ressaltam têm que ser o único elemento organizador da economia sem assalariados”, direcionado à produção de toda a “(...) quantidade de bens materiais absolutamente necessários à família” (2014, p. 195). Ainda que, ao longo do tempo, o camponês, premido pela necessidade, tenha incorporado algumas mudanças em seu modo de vida, como, por exemplo, a introdução do trabalho acessório, a motivação sempre foi, porém, o fortalecimento da centralidade da família, pois, mesmo que um dos membros precise trabalhar fora do núcleo familiar, seus ganhos serão sempre incorporados ao orçamento comum.

No modelo chayanoviano analisado por Woortmann (2014):

Havia um “modo de produção doméstico”, distinto do escravismo, feudalismo e capitalismo. Seu modo partia do grupo doméstico individual, cujo objetivo básico seria garantir a satisfação de suas necessidades, e não a realização do lucro, razão pela qual o campesinato não deveria ser considerado como uma forma de capitalismo incipiente, o núcleo de sua teoria está no princípio subjetivo do equilíbrio entre necessidades e subsistência e rejeição do trabalho manual além de determinado limite [...]. (WOORTMANN, 2014, p. 231).

Assim, tendo como substrato o solo, o camponês e sua família o utilizam de forma especial, diferentemente de outras categorias que trabalham na terra. No cultivo que desenvolvem, por exemplo, fazem uso de técnicas e manejos que visam ao menor grau de degradação do solo e da vegetação, ou seja, sempre respeitando a natureza, que é tratada com afeto, em ligações ajustadas e com interações mútuas. Também é a partir do solo que se constrói a moradia, que se desenvolvem as culturas e os plantios, que se molda a religiosidade e que se realizam ou se expandem as demais relações, ora simétricas/assimétricas, ora rígidas e ainda mais divergentes.

Para Terra e Rodrigues (2018), o camponês é definido não apenas pelo modo de vida, mas pelo conjunto de características sociais, econômicas, culturais e outras tantas que compõem seu estilo tradicional de se relacionar com a terra. “Hoje, ele traz consigo muito mais que as marcas de uma vida penosa na lida com a terra: porta profundas marcas de luta e enfrentamento para se manter” (TERRA; RODRIGUES, 2018, p. 249).

A classe social camponesa, que tem ou teve seus territórios e, conseqüentemente, o seu modo de vida afetados, se (re)cria, portanto, através da luta pela/na terra, em oposição aos pressupostos do capitalismo enquanto classe hegemônica, valendo-se de diferentes mecanismos que possam lhes assegurar a reprodução sociocultural, bem como sua produção econômica, num contexto de manutenção e assimilação de novas territorialidades forjadas e impostas pelo capital.

Considerações finais

Por meio do estudo das classes sociais do campo brasileiro, procedemos a um levantamento de alguns elementos que dão corpo à questão agrária nacional, uma vez que é no território que as classes, contraditoriamente, se enlaçam e se estranham, se atraem e se repelem, expressando o resultado de um processo histórico carregado de lutas e disputas pelo poder.

Historicamente, as diferenças entre as classes sociais se mostram inflexíveis, seja nas variadas escalas, seja nas mais diversas naturezas, uma vez que compartilham interesses mútuos, porém, excludentes, considerando que suas necessidades particulares também são distintas. As análises de Karl Marx se tornam mais objetivas e atuais, quando se observa a opressão da burguesia sobre o proletariado, e este, agindo de forma subversiva ao capital, busca a retomada dos meios de produção, num processo eivado de muita luta e resistência.

Quando, no cenário geopolítico nacional, nos voltamos a analisar os agentes sociais que atuam no campo, é possível constatar que os conflitos entre classes fazem parte do cotidiano. De um lado, os atores ligados ao agronegócio, majoritariamente representados institucionalmente, compõem a classe burguesa do meio agrícola e dispõem das benesses da máquina estatal, uma vez que, no país, a elite política se confunde com a elite agrária, favorecida por instrumentos legais deliberadamente formulados de modo enviesado, visando sempre atender seus interesses, em detrimento

dos interesses do campesinato. Seus representantes, denominados ruralistas, têm atuação intensa no Congresso Nacional e contam com o apoio dos grupos que reúnem os armamentistas e grande parte dos evangélicos, uma associação que, devido à pauta conservadora por ela defendida, recebe o nome de bancada “BBB”, ou seja, os representantes do Boi, da Bala e da Bíblia. Seu papel é subsidiar e legitimar os interesses da classe burguesa rural, para o que desenvolvem estratégias como, entre outras: a legalização de áreas adquiridas por meio da grilagem e a expansão da fronteira agrícola em áreas de preservação ambiental, assim como em territórios de povos originários e de populações tradicionais, incluindo também os historicamente ocupados pelos camponeses. Além disso, compactuam, igualmente, com ações violentas que visam sufocar os movimentos dos camponeses na luta pela democratização do acesso à terra.

De outro lado, os camponeses, ao contrário do agronegócio, são pequenos produtores, com posse precária da terra e pouca ou nenhuma assistência de políticas públicas. Vivem sob a pressão de fazendeiros, grileiros e jagunços, os quais contam, em geral, com a conivência e/ou omissão dos representantes do Estado. As poucas políticas públicas que visam apoiar a agricultura camponesa não suprem suas reais necessidades, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf), cuja concepção não contempla as especificidades regionais e os interesses dos distintos grupos que compõem o campesinato brasileiro e, por isso mesmo, ao invés de trazer benefícios, provoca dificuldades e problemas socioambientais, como endividamento, contaminação da água e do solo etc.

É esse cenário conflituoso que se observa hoje no campo brasileiro: se, por seu lado, a classe burguesa, através do agronegócio conta com as benesses do Estado por meio do aparato financeiro, institucional e legal, o camponês, por seu turno, além do pouco apoio que recebe, tem que lutar contra toda sorte de obstáculos que lhe sobrevêm e, ainda assim, segue produzindo com respeito à natureza, empregando a mão de obra familiar, tendo o solo como substrato e uma consciência socioambiental adquirida através das práticas cotidianas, as quais têm se configurado relevantes para a manutenção do ecossistema, bem como uma forma de se contrapor ao produtivismo capitalista que insiste em se impor no campo.

O campesinato desenvolve, dessa forma, um modo de vida alternativo ao capital, contrapondo-se ao agronegócio, que se pretende hegemônico pela classe dominante, não

hesita em monopolizar os espaços rurais e enxerga os territórios camponeses como entraves a serem superados. Configurando-se como contraponto aos interesses capitalistas, impõe resistência à lógica do acúmulo e do lucro, pondo em evidência a luta de classes no campo brasileiro e a desigualdade política e econômica entre os distintos atores sociais, bem como a parcialidade do Estado brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, pelas concessões da bolsa de Mestrado; a Universidade Estadual do Maranhão em cooperação com a FAPEMA pela concessão da bolsa de Iniciação científica, e por fim ao Governo do Maranhão pelo incentivo e investimentos no ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, H. M. (Org.) **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- CARVALHO, H. M.; COSTA, F. A. Agricultura Camponesa. In: Caldart, R. S. et al. (Org.) **Dicionário da Educação do campo**. Rio de Janeiro – São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 32 – 40.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Geografia cultural uma antologia**, vol. 1. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2012, p. 20.
- CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo – Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2016.
- DCL. Difusão Cultural do Livro. **Minidicionário prático: língua portuguesa; A/Z**. São Paulo, 2010.
- FONTANA, M. **O Brasil precisa de uma revolução socialista: teses programáticas**. In Fontana. M (Org). Ed. Sundermann. Bela Vista - SP. 2018.
- GÖRLITZ, A. M. a M. de. **PACHAMAMA SANTA TIERRA: Contribución al estudio de la religión autóctona en los andes centro-meridionales**. Gebr. Mann Verlag - Berlín. 1978.
- HARVEY, D. **Breve historia del Neoliberalismo**. Madrid: Askal, 2007, p. 20

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Porto: Portucalense, 1972.

LACOSTE, Y. **A geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 2 ed. Campinas: Papirus, 1989.

LÊNIN, V. I. **A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky**. 1918, Editorial Kommunist, Moscovo. (Tradução: versão das Obras Escolhidas de V. I. Lênine Edição em português da Editorial Avante, 1977, t3, pp 1-75 Traduzido das O. Completas de V. I. Lênine 5ª Ed. Russo t.37 pp 235-338).

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MARQUES, I. M. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. Presidente Prudente: **Revista NERA** – ano 11, N. 12 – janeiro/ junho de 2008.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, K. “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.” In: Marx, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos: seleção de textos de José Arthur Giannotti**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MOREIRA, R. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: Moreira, R (Org). **Geografia teoria e crítica – O saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

ROSA, A. V. **Agricultura e meio ambiente**. São Paulo: Atual, 1998.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SODRÉ, R. B. **As (re) formas da questão agrária maranhense:** multiplicidades e singularidades nos assentamentos Cigana e Cristina Alves - Itapecuru Mirim – MA, (monografia) UEMA; São Luís, 2015.

SOUZA, J. J. F. **A elite do atraso:** da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STÁLIN, J. V. **Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico.** (Tradução: Fernando A. S. Araújo, 1945) Edições Horizonte, Rio, 1945. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1938/09/mat-dia-hist.htm> Acesso em 16 de Jan. 2020.

TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2009.

TERRA, A.; RODRIGUES, V. V. Conflitos socioterritoriais entre camponeses e sojicultores no município de Balsas - Maranhão. In: SANTOS, L. C. A. et al. (Org.) **Geografia:** Trabalho, sociedade e meio ambiente. São Luís: Editora UEMA, 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TYLOR, E. **Primitive culture.** Nova York: Cooper Square, 1970 [1871].

WOORTMANN, K. O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins. In: CARVALHO, H. M. (Org.) **Chayanov e o Campesinato.** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

ZAMBERLAN, J.; FRONCHETI, A. **Agricultura ecológica:** preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2001.

Recebido em 17/03/2021. Aceito para publicação em 18/09/2021.
--